

IDEIAS EM DESTAQUE

Editor: Ramiro Alves ramiro.alves@ejesa.com.br

ENTREVISTA LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA Economista

“A redução da taxa de juros é a grande realização econômica do governo Dilma Rousseff”

Intrigado com a persistência da desvalorização cambial no Brasil – que tem reforçado o processo de desindustrialização do país – o ex-ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira faz uma proposta ousada: como um recurso para controlar a entrada de capitais no Brasil e a alta do dólar em razão do aumento do preço das commodities no mercado externo, sugere a criação de um imposto sobre as exportações de produtos agrícolas. Mas, segundo ele, o ônus que aparentemente seria atribuído aos exportadores, na verdade, se diluiria por meio da depreciação da moeda – algo que, de acordo com Bresser-Pereira, o governo tem como assegurar. “Só que os exportadores de commodities ficam indignados e se recusam terminantemente a aceitar a ideia. E o governo fica com medo e fica quieto”.

Enquanto definição alguma em relação ao câmbio é tomada, o ex-ministro avalia que a grande realização do governo de Dilma Rousseff, por enquanto, tem sido a de promover a redução da taxa de juros. “A Dilma resolveu fazer uma política que eu chamaria de conservadora. Responsável, mas conservadora. Entretanto, o governo não se achou capaz ou não se achou obrigado a fazer

uma política radical, que deveria ter feito, não apenas em relação à taxa de juros, mas também e especialmente em relação à taxa de câmbio”.

Como tenta fazer isso gradualmente, moderadamente, o governo só tem encontrado “resultados que também são medíocres”. E isso, conforme Bresser-Pereira conta nesta entrevista ao **BRASIL ECONÔMICO**, deve manter o país atado às baixas taxas de crescimento, além de contaminar negativamente o otimismo da população. “Politicamente isso vai ser desagradável. Vamos ter logo a insatisfação aumentando na sociedade brasileira”, prevê.

Essa atual dificuldade de retomada de crescimento que o Brasil enfrenta, segundo o ex-ministro, é fruto de dois problemas fundamentais da economia brasileira, que assombram o país desde que a estabilidade foi alcançada pelo Plano Real: a taxa de juros elevada demais – que caiu, mas continua muito alta – e a taxa de câmbio artificialmente valorizada, que vem se mantendo assim há quase duas décadas.

Na avaliação dele, houve um avanço, sem dúvida, mas ainda há muito a ser feito. “O Lula teve coragem

de fazer as medidas distributivistas, ao mesmo tempo que também teve sorte com a alta do preço das commodities. Além disso, o fato de ele ter recebido uma taxa de câmbio lá em cima permitiu que combatesse a inflação. Tudo isso desapareceu no governo Dilma. Até mesmo o mercado interno começou a diminuir. E assim, o mercado interno para a indústria nacional vai também desaparecendo”.

Este cenário traçado por Bresser-Pereira é fruto da larga experiência e observação tanto no âmbito da academia como em sua atuação no governo e na atividade produtiva. Professor emérito da Fundação Getúlio Vargas, ele foi vice-presidente do Pão de Açúcar e presidiu o antigo Banco do Estado de São Paulo (Banespa), durante o governo de Franco Montoro. Liderou equipes para a definição de planos econômicos (um deles com o seu nome) enquanto esteve à frente do Ministério da Fazenda, na gestão do presidente José Sarney e voltou ao cargo de ministro no governo de Fernando Henrique Cardoso, assumindo as pastas da Reforma do Estado e da Ciência e Tecnologia.

Cláudia Bredarioli
cbredarioli@brasileconomico.com.br

Como o senhor avalia o atual cenário brasileiro e as decisões que têm sido tomadas pelo governo da presidente Dilma Rousseff em relação à política econômica?

Este ano já não é o primeiro do governo Dilma. Quer dizer que aquilo que se demonstra até agora sobre o que provavelmente acontecerá é de que voltamos a taxas baixas de crescimento, em torno de 3%. Isso não é surpreendente, porque quando este governo começou, estava claro que o espaço para política e para o desenvolvimento que houve no governo Lula deixou de existir.

Isso afeta diretamente o crescimento?

Eu quero dizer com isso que, se a gente verificar os fatores que determinaram que as taxas de crescimento praticamente dobrassem – de cerca de 2% a 3% para cerca de 5% ao ano no governo Lula –, eles foram funda-

mentalmente dois: o primeiro foi a elevação extraordinária dos preços das commodities exportadas pelo Brasil e o outro foi a decisão de aumentar a demanda interna por meio de medidas distributivas como o aumento do salário mínimo, a adoção do Bolsa Família e outras iniciativas semelhantes.

São iniciativas que têm um custo alto ao país, mas contribuem para o aumento do consumo...

Sim, e com isso conseguiu-se que o crescimento dobrasse sem que houvesse descontrole inflacionário. É preciso também lembrar que para isso foi fundamental o processo de apreciação da taxa de câmbio que aconteceu durante todo o governo Lula. Houve apenas um momento, na crise de 2008 em que o câmbio se depreciou, mas em seguida o real voltou a se valorizar diante do dólar. É fácil perceber se compararmos que, no início do governo Lula, a taxa de câmbio estava em R\$ 3,95. E a gestão dele termi-

“

A taxa de câmbio sobreapreciada num primeiro momento causou aumento de demanda interna pelas indústrias brasileiras, mas em seguida vieram as importações

nou com uma cotação de cerca de R\$ 1,60 para cada US\$ 1,00.

Quais os principais efeitos dessa oscilação do câmbio?

Essa apreciação do câmbio destimulou fortemente a indústria brasileira, que deixou de exportar. Em compensação, como o mercado interno cresceu durante algum tempo – devido às medidas de aumento do salário mínimo e do Bolsa Família –, parecia tudo muito bem.

Foi uma maquiagem para um cenário que desincentivava a produção?

Não foi uma maquiagem porque o Lula teve coragem de fazer as medidas distributivistas, ao mesmo tempo que também teve sorte com o preço das commodities, que subiram no mercado externo. Além disso, o fato de ele ter recebido uma taxa de câmbio lá em cima permitiu que ele combatesse a inflação e atingisse as metas graças não só aos juros altos, mas também ao câmbio que se apreciava consecutivamente.

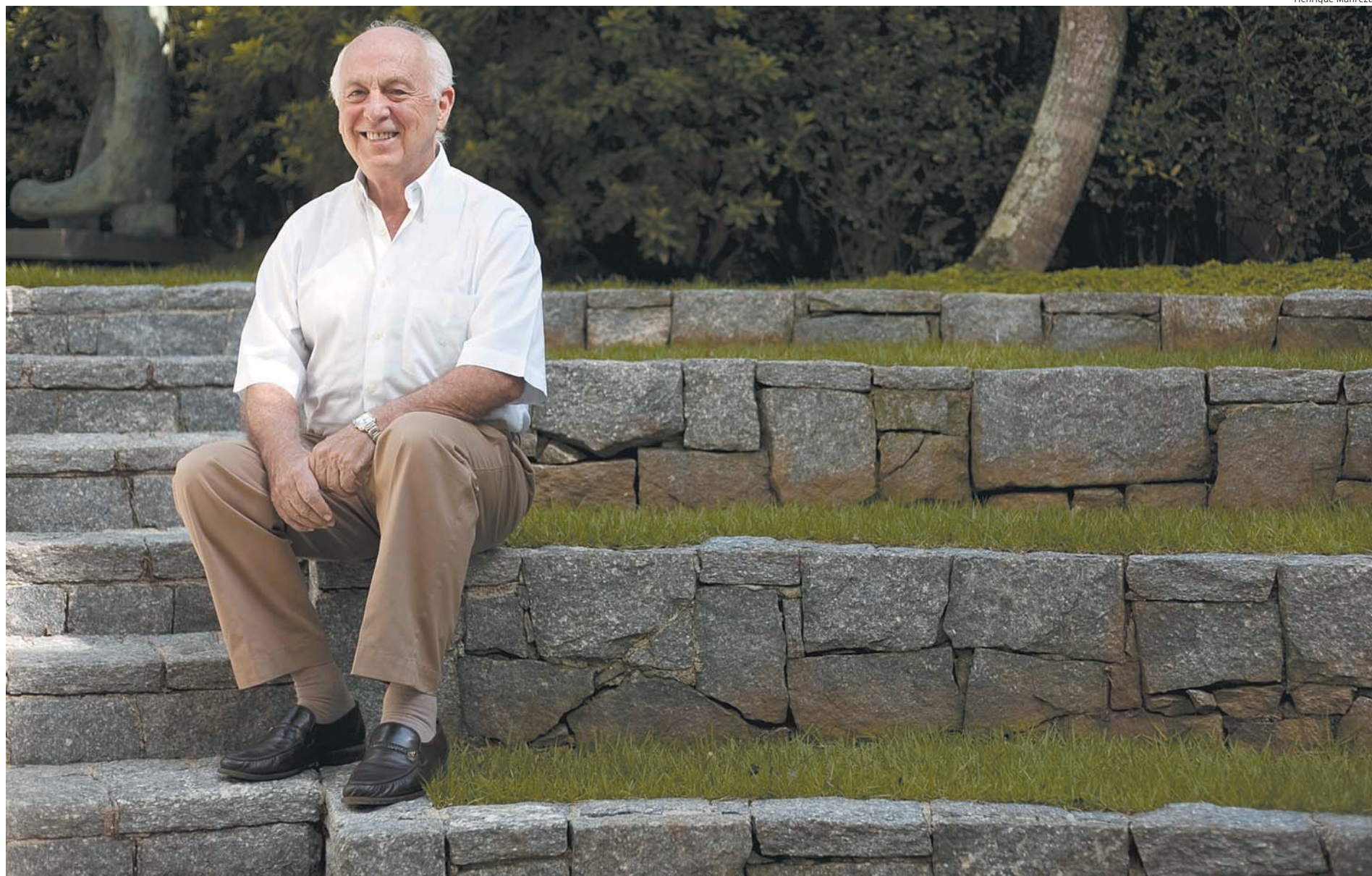
O atual governo perdeu essa concepção?

Tudo isso desapareceu no governo Dilma. Quer dizer, até mesmo o mercado interno que estava de um bom tamanho, começou a diminuir. Isso porque essa taxa de câmbio sobreapreciada num primeiro momento causou aumento de demanda interna pelas indústrias brasileiras, mas em seguida vieram as importações. Claro que demora um tempo para isso acontecer, mas quando as importações chegam ao mercado interno, elas vêm a preços mais baixos do que os praticados pela indústria nacional. Assim, o mercado interno para a indústria nacional vai também desaparecendo.

Já se tornou crônico esse problema para a indústria nacional?

O processo de desindustrialização do qual eu estou falando desde 2005 continua a ocorrer. Está se agravando. Se a indústria estrangeira vem, ocorre a desnacionalização, que é muito dramática, porque o Brasil não

Henrique Manreza



faz nada e entrega seu mercado de graça para empresas multinacionais que pouco ou nada acrescentam ao país. Mas isso é outra história. Envolve uma outra discussão. A desindustrialização é quando não tem nem indústria nacional nem estrangeira, tem é o aumento das importações, que é o que nós estamos vivendo agora.

E como o senhor avalia a atuação do governo diante desse quadro?

A Dilma resolveu fazer uma política que eu chamaria de conservadora. Responsável, mas conservadora. Resolveu fazer um razoável ajuste fiscal, que era necessário sem dúvida. Além disso, ela e o Tombini — não se sabe se isso se deve a um ou a outro — promoveram a redução da taxa de juros. Essa é a grande realização econômica do governo Dilma, por enquanto. Entretanto, o governo não se achou capaz ou não se achou obrigado a fazer uma política radical, que deveria ter feito, não apenas em relação à taxa de juros, mas tam-

bém e especialmente em relação à taxa de câmbio.

O senhor mexeria nisso?

Os dois problemas fundamentais da economia brasileira, que nós enfrentamos desde que a estabilização foi alcançada pelo Plano Real, são questões macroeconômicas: a taxa de juros elevada demais — que caiu, mas continua muito alta — e a taxa de câmbio sobreapreciada, que vem se mantendo sobreapreciada desde 1994, quando começamos a viver o Plano Real. Ou seja, há quase 20. Isso é o que determina que as taxas de crescimento do Brasil sejam substancialmente menores do que as taxas dos outros três países do bloco do BRIC (formado por Brasil, Rússia, Índia e China). A nossa taxa é mais ou menos a metade da média dos outros. Isso é realmente uma coisa muito ruim. E o governo ainda não teve coragem, ou não se achou com força para enfrentar o problema do câmbio. Está enfrentando um pouco, moderadamente, a questão dos juros. Mas tenta fazer is-

“
Os dois problemas fundamentais da economia brasileira, que nós enfrentamos desde que a estabilização foi alcançada pelo Plano Real, são a taxa de juros elevada demais e a taxa de câmbio sobreapreciada

so gradualmente, moderadamente. Então os resultados também são medíocres, como temos visto até agora.

Qual é a razão pela qual os países asiáticos crescem mais que o Brasil?

A razão econômica fundamental é a taxa de câmbio que eles mantêm competitiva e que nós deixamos crônica e permanentemente sobreapreciada. E o porquê de eles adotarem essa política econômica mais competente, que eu chamo de novo desenvolvimentista, enquanto nós não, é que eles têm uma nação mais forte do que nós. E eles têm uma nação mais forte do que nós porque as elites asiáticas — chinesas, indianas, malaias, tailandesas — não têm a menor intenção de serem elites como as europeias, enquanto as nossas só se pensam europeias. E isso é um desastre.

E é possível esperarmos por uma mudança consistente nesse cenário ainda ao longo deste governo?

Na medida em que o governo não resolveu fazer até agora, achou melhor adotar essa política conservadora e prudente, acredito que vai continuar desse jeito. E desse jeito a taxa de câmbio vai continuar sobreapreciada, a desindustrialização vai continuar ocorrendo, as entradas de capitais vão continuar fortemente no Brasil... Isso porque a grande realização do meu amigo Mantega (o ministro da Fazenda, Guido Mantega) foi ter feito um contrato de capitais. Isso foi há mais de dois anos, mas não foi suficiente. Continuam entrando capitais em excesso que absolutamente o Brasil não precisa.

E, assim, a taxa de câmbio se mantém apreciada...

Os dois motivos fundamentais para que a taxa de câmbio seja sobreapreciada no Brasil são, de um lado, a doença holandesa (*leia mais na pág. 6*), e de outro, as entradas excessivas de capitais. As pessoas quando pensam em mim normalmente me associam ao modelo da doença

IDEIAS EM DESTAQUE

ENTREVISTA LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA Economista

holandesa. O que é correto, porque realmente fui eu que trouxe essa discussão para o Brasil. Só que a doença holandesa aprecia o câmbio, mas apenas até o nível do equilíbrio em conta corrente. O que eu critico é a ideia do uso das entradas de capital para resolver a famosa “restrição externa” — e é preciso por isso entre aspas, porque é uma coisa que os economistas afirmam que existe com a qual eu não concordo. Isso é uma tolice, porque essa restrição externa não existe. O que existe é um câmbio apreciado, que dá a impressão de que existe restrição externa. Diante dessa tal “restrição externa”, qual seria a “solução”, também entre aspas? Seria a entrada de capital, seja em financiamento ou em investimento direto. Essas entradas de capitais nos inundam e, quando chegam os recursos, todos dizem que isso impulsiona a poupança externa e, consequentemente, também vai impulsionar a poupança interna. E não vai coisa alguma. Essa “poupança externa” vai pressionar ainda mais a taxa de câmbio que, por sua vez, traz como consequência um processo de aumento artificial dos salários e de crescimento também artificial do consumo interno e, ao contrário, a poupança interna cai.

Qual seria a solução para esse impasse?

A taxa de câmbio sobreapreciada é um mal geral para o país, especialmente para a indústria. Para resolver esse problema, é preciso não só controlar a entrada de capitais, mas também neutralizar a doença holandesa. Só que isso requer colocar um imposto na exportação das nossas commodities. Seria um imposto variável, que dependesse do preço internacional dessas commodities. Só que aí os exportadores de commodities ficam indignados e se recusam terminantemente a aceitar a ideia. E o governo fica com medo e fica quieto.

Mas esses exportadores teriam um custo maior para exportar.

Eu tento explicar que não são os exportadores que vão pagar esse imposto, porque o que aconteceria é que o que se pagaria de imposto seria devolvido por meio de depreciação da moeda, de forma que tudo ficaria na mesma casa e o governo tem como assegurar isso. Só que eles não entendem que esse processo acontece e continuam se opondo. E uns ainda dizem que o fato de o Brasil ser um grande exportador de commodity é bom. Isso é, na verdade, um desastre. Dizem que a tecnologia que nós utilizamos na produção de soja, ou de álcool, ou de minério de ferro é muito sofisticada, é a melhor do mundo. Não há dúvida alguma que o agronegócio seja capaz disso.



Fotos: Pedro Ladeira/AFP

“A Dilma promoveu a redução da taxa de juros. Essa é a grande realização econômica do governo Dilma, por enquanto. Entretanto, o governo não se achou capaz ou não se achou obrigado a fazer uma política radical, que deveria ter feito

Mas é uma tecnologia de valor adicionado per capita muito baixo quanto comparada ao valor adicionado per capita da indústria. E o desenvolvimento econômico é justamente o aumento da produtividade causado pela transferência de mão de obra da agricultura e da mineração para a indústria.

Se não houver uma solução via governo, que outras questões poderiam ser pensadas na tentativa de minimizar os efeitos da desindustrialização no país?

O governo reflete a sociedade. Quer dizer, o governo faz aquilo que a sociedade o autoriza. Claro que há um grau de liberdade do governo e que, muitas vezes, o que a sociedade diz não é tão claro. Nos anos 1990, por exemplo, os governos não tinham outra alternativa que não fosse adotar políticas neoliberais, porque se defendia de tal forma ideias como essas na so-



riedade mundial e também na brasileira que não existia outra alternativa. Hoje já houve uma mudança grande, mas ela não foi suficiente para nós percebermos que só uma nação forte, que pensa com sua própria cabeça, é capaz de se desenvolver.

Diante disso, qual seria a perspectiva do senhor para o crescimento econômico e para a percepção do atual governo?

Vamos continuar com baixas taxas de crescimento. E isso politicamente vai ser desagradável. Por exemplo, durante o governo Lula, surgiu o lulismo, porque estava todo mundo feliz com a elevação dos salários reais, que aconteceu graças não só ao aumento do salário mínimo, mas também à apreciação do câmbio. Agora não dá mais para fazer medidas distributivistas e nem para mexer no câmbio, que já está lá embaixo. Então, vamos ter logo a insatisfação aumentando na sociedade brasileira.

Mas, se pensarmos pelo lado do emprego, que deve continuar em alta, isso sustentaria o otimismo dos brasileiros?

O que eu ainda não consegui entender com clareza é o mistério desse baixo crescimento associado a taxas de desemprego muito baixas. A única explicação que eu vejo para isso é estrutural relacionada à mudança da taxa de aumento da população. Por exemplo, 20 anos atrás houve uma queda forte na taxa de natalidade brasileira e, nos últimos dez anos, também houve redução substancial na entrada de trabalhadores na população economicamente ativa, por falta de oferta, não de demanda. A queda do número de estudantes nas universidades também vem disso. Isso também tem permitido que os salários se elevem mais e que haja maior formalização das vagas. O que é uma coisa muito boa. ■

“

Durante o governo Lula, surgiu o lulismo, porque estava todo mundo feliz com a elevação dos salários reais, que aconteceu graças não só ao aumento do salário mínimo, mas também à apreciação do câmbio. Agora não dá mais para fazer medidas distributivistas e nem para mexer no câmbio

DOENÇA HOLANDESA



Conceito explica desindustrialização

É um conceito econômico que diz que um aumento de receita decorrente da exportação de recursos naturais poderá desindustrializar uma nação devido à valorização cambial, que torna o setor manufatureiro menos competitivo diante dos produtos externos. Embora seja mais usado em referência a recursos naturais, pode também se referir a qualquer movimento que gere grande fluxo de entrada de moeda estrangeira, incluindo alta de preço de commodities ou aumento de investimento externo. Segundo Bresser-Pereira, é quando um país passa a ter uma “taxa de câmbio de equilíbrio corrente” em nível muito maior do que a “taxa de câmbio de equilíbrio industrial”.